

DISCIPLINA DE PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS NAS FACULDADES DE ODONTOLOGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Special Needs Patients in Dental Schools in the State of São Paulo

Joice Rodrigues De SOUZA¹; Maria Gabriele Silva FELISARDO¹; Karin Luciana Migliato SARRACINI²; José Guilherme NEVES²; Lenita MARANGONI-LOPES²

¹ Graduandas do Curso de Odontologia, Centro Universitário Hermínio Ometto – FHO.

² Docentes do Curso de Odontologia, Faculdade Centro Universitário Hermínio Ometto – FHO.

Endereço: Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500, Jardim Universitário, Araras, São Paulo, Brasil, CEP 13607-339.

Autora responsável: Lenita Marangoni Lopes. *E-mail*: lenitam1@fho.edu.br.

RESUMO

O objetivo do presente estudo foi avaliar a disponibilização da disciplina de pacientes com necessidades especiais (PNE) nos cursos de graduação em Odontologia do estado de São Paulo. Foi acessada uma tabela com os cursos de graduação em Odontologia ativos no estado de São Paulo e realizada uma busca da matriz curricular de cada curso. Informações como: natureza da instituição, presença da disciplina de pacientes especiais na matriz curricular, tipo de disciplina foram expressas em tabelas. Pode-se observar que a maioria das instituições (63%) oferecem a disciplina em sua matriz curricular, porém ainda existem um significativo número de cursos que não incluem PNE em sua grade, principalmente nas instituições públicas (50%). Os cursos que oferecem a disciplina, em sua maioria ofertam de natureza teórico-prática (54%), garantindo uma maior experiência do aluno com pacientes portadores de necessidades especiais já na graduação, sendo um diferencial na formação de profissionais na área odontológica, garantindo segurança ao cirurgião dentista e principalmente ao seu paciente. Pode-se concluir que vários cursos de graduação em odontologia no estado de São Paulo possuem o conteúdo de tratamento odontológico de pacientes com necessidades especiais na graduação, porém uma grande parcela ainda não possui este componente curricular.

Descritores: assistência odontológica para pessoas com deficiências; faculdades de odontologia; estudante de odontologia.

ABSTRACT

The objective of this study was to assess the inclusion of courses of patients with special needs in undergraduate dental programs across the state of São Paulo. Data on active dental programs in São Paulo were collected, and each curriculum was reviewed to identify whether it included a course dedicated to patients with special needs. Information such as institutional type, presence of a special needs course in the curriculum, and course format were summarized in tables. The findings indicate that while the majority of institutions (63%) include this course, a significant number (50%), especially particularly public institutions, do not. Among the institutions that do offer it, most (54%) provide a combined theoretical and practical format, allowing students to gain hands-on experience with special needs patients during their training. This exposure is a valuable asset for future dental professionals, promoting confidence in both the dental practitioner and patient. In conclusion, while many dental schools in São Paulo have integrated courses on special needs patient care into their programs, a substantial portion still lacks this essential component.

Keywords: dental care for disabled, dental schools, dental students.

INTRODUÇÃO

O termo “pacientes especiais” se refere a pessoas que apresentam limitações físicas, mentais e sociais. Esses pacientes necessitam de um tratamento diferenciado por um certo período de tempo ou a vida toda. De acordo com a Associação Internacional de Odontologia ao Portador de Necessidades Especiais (IADH), são classificados em deficiência mental, deficiência física e anomalias congênitas, distúrbios comportamentais, transtornos psiquiátricos, distúrbios sensoriais e de comunicação, doenças sistêmicas crônicas, doenças infectocontagiosas e condições sistêmicas (IADH, 2016).

A prevalência de pacientes portadores de necessidades especiais (PNE) vem aumentando com o passar dos anos. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde realizada em 2019, a população PNE representa 17,3 milhões de pessoas maiores de 2 anos de idade e aproximadamente 8,5 milhões de idoso no Brasil. A porcentagem de mulheres portadoras de alguma deficiência é de 9,9% (10,5 milhões), enquanto a de homens é 6,9% (6,7 milhões). A região Nordeste do Brasil é a que apresenta maior percentual de pacientes portadores de necessidades especiais sendo 9,9%, seguido pela região Sudeste 8,1 %, Sul 8,0%, Norte 7,7% e Centro-Oeste 7,1 % (Brasil, 2020).

É importante que o cirurgião dentista (CD) tenha conhecimento sobre as necessidades especiais desses pacientes, porque é necessário oferecer segurança no tratamento odontológico, já que estes apresentam condições que podem afetar a saúde bucal, decorrente de suas alterações sistêmicas ou limitações físicas e mentais. O contrário também é verdade: alterações bucais podem agravar quadros de saúde sistêmica e causar prejuízos psicológicos (Campos, 2009).

Pacientes com necessidades especiais são todos aqueles que necessitam de um tratamento mais específico e um cuidado redobrado por terem alterações sistêmicas e/ou limitações físicas ou mentais. Esses pacientes precisam de cuidados com relação à abordagem psicológica, comunicação, uso de medicamentos, condições de saúde, hábitos, alterações da normalidade, entre outros (Portolan et al., 2017).

No Brasil, a Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais é uma especialidade odontológica reconhecida pelo Conselho Federal

de Odontologia desde 2001, porém existe uma carência de profissionais habilitados para realizarem esse atendimento. Tendo em vista o aumento da prevalência e alterações englobadas nos pacientes com necessidades especiais na odontologia, é importante que o CD já se forme com conhecimentos sobre os cuidados no atendimento odontológico desses pacientes, considerando que muitos dos casos são de possíveis de serem atendidos em ambiente ambulatorial. A disciplina de Pacientes com Necessidades Especiais ainda nos cursos de graduação busca promover a aprendizagem do graduando em odontologia sobre os cuidados especiais com os pacientes, e formar cirurgiões dentistas capazes de atender esta demanda na prática clínica (CROSP, 2015).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Odontologia, a formação do CD deverá incluir a atenção integral à saúde, visando sempre à humanidade e ética, atento a dignidade humana e as necessidades individuais e coletivas. Entretanto, de acordo com a Lei nº 9.394/96, os cursos de graduação possuem livre-arbítrio para montar a matriz curricular (Brasil, 2017).

Por não ser um componente curricular expressamente obrigatório, não se sabe se em todos os cursos de graduação em odontologia há a oferta desse tipo de disciplina. A visibilidade da necessidade de englobar o atendimento integral incluindo esses pacientes pode ser importante para fundamentar novas legislações na área e despertar em novas instituições o interesse em instituir essa disciplina em sua grade curricular.

Sendo assim, o objetivo do presente estudo foi avaliar a disponibilização da disciplina de pacientes com necessidades especiais nos cursos de graduação em Odontologia do estado de São Paulo.

MÉTODOS

O presente estudo foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Hermínio Ometto. Após aprovação, foi acessada uma tabela do Conselho Regional de Odontologia do Estado de São Paulo com os cursos de graduação em Odontologia ativos no estado. Foi obtida a informação de 105 cursos de graduação em Odontologia ativos no estado. Com base nessa tabela, no período de março a outubro de 2022, foi

realizada uma busca da matriz curricular de cada curso através dos sites e e-mail institucionais. Foram acessadas informações como: natureza da instituição (privada com fins lucrativos, privada sem fins lucrativos, pública estadual, pública municipal), presença da disciplina de pacientes especiais na matriz curricular (sim, não ou optativa), tipo de disciplina (teórica ou teórico-prática). Os dados coletados foram organizados em tabela do Excel. Dos 105 cursos de graduação ativos do estado, não foi possível obter informações de 10 deles, sendo considerados como perda, e descrito nos resultados como “Não informado”. Os resultados descritivos de cada variável analisada foram expressos em número total de instituições (n) e porcentagem (%). Os dados foram organizados em tabelas para apresentação dos resultados.

RESULTADOS

A maior parte dos cursos de odontologia oferecidos no estado de São Paulo pertencem a instituições privadas com ou sem fins lucrativos,

seguida pelas instituições públicas estaduais, públicas municipais e especiais, respectivamente (Tabela 1).

Pode-se observar que os cursos de odontologia do estado de São Paulo, em sua maioria (62,8%), apresentam a disciplina de pacientes especiais de forma obrigatória em sua matriz curricular. Na sua maioria, os cursos apresentam a disciplina de pacientes especiais, porém, o número de instituições que não apresentam ainda é grande. Sendo ainda que de 10 instituições de ensino não conseguimos obter a informação se existe ou não a carga horária relativa à PNE. Quatro faculdades declararam ter a disciplina, porém como matéria optativa durante a graduação (Tabela 1).

Em relação ao modo que a disciplina é ministrada, a maioria das instituições que possuem a disciplina afirmaram ter o conteúdo dividido entre teoria e prática, entretanto, 14,3% apresentam uma disciplina apenas teórica e uma grande parcela (31,4%) não informam a natureza da disciplina (Tabela 1).

Tabela 1 – Natureza, presença da disciplina e tipo de disciplina de Pacientes com necessidades especiais nos cursos de graduação em Odontologia do estado de São Paulo.

	n	%
Natureza do curso (n=105)		
Privada com fins lucrativos	56	53,3%
Privada sem fins lucrativos	34	32,4%
Pública estadual	8	7,6%
Pública municipal	4	3,8%
Especial	3	2,80%
Tem PNE? (n=105)		
Sim	66	62,8%
Não	25	23,8%
Não informado	10	9,5%
Optativa	4	3,8%
Tipo de disciplina (n=70)		
Prática/teórico-prática	38	54,3%
Teórica	10	14,3%
Não informado	22	31,4%

Na tabela 2, os resultados da presença da disciplina foram divididos de acordo com a natureza do curso de graduação. Pode-se observar que nas instituições privadas com fins lucrativos a porcentagem de presença da matéria PNE é a

maior, chegando a 80,3% dos 56 cursos. Nas instituições privadas sem fins lucrativos, essa porcentagem cai para 44,1%, sendo que 32,4% não apresentam e 23,5% não informaram se possuem ou não a disciplina.

Nas universidades públicas estaduais, o número de instituições que possuem a disciplina cai ainda mais, sendo apenas 37,5%. São nos cursos estaduais que encontramos a matéria de forma optativa, oferecida em 4 das 8 universidades do estado.

As públicas municipais, por sua vez, são as que apresentam a menor porcentagem de presença da matéria, tendo apenas 25%, sendo que 3 das 4 instituições declararam não possuir a disciplina, totalizando 75%.

Tabela 2 – Presença da disciplina de Pacientes com necessidades especiais de acordo com a natureza dos cursos de graduação em Odontologia do estado de São Paulo.

Tipo de instituição	n	%
Privada com fins lucrativos (n= 56)		
Sim	45	80,3%
Não	9	16,1%
Não informado	2	3,6%
Privada sem fins lucrativos (n=34)		
Sim	15	44,1%
Não	11	32,4%
Não informado	8	23,5%
Pública estadual (n=8)		
Sim	3	37,5%
Optativa	4	50,0%
Não	1	12,5%
Pública municipal (n=4)		
Sim	1	25%
Não	3	75%

Em sua maioria, as instituições que possuem em sua matriz curricular a matéria, denominam-na de “Odontologia para pacientes com necessidades especiais”, mas também podemos encontrá-la com outros nomes, como “Pacientes Portadores de Necessidades Especiais”, ou “Clínica Integrada de Pacientes Especiais” entre outros.

Pudemos observar ainda que a carga horária das disciplinas varia de instituição para instituição, podendo ter de 40 horas a 340 horas na matriz curricular. Cada curso define como é dividido o ensino de PNE, podendo ser de forma só teórica ou teórico-prática.

DISCUSSÃO

Nessa pesquisa, pudemos observar a disponibilidade da disciplina de PNE na maioria das instituições do Estado de São Paulo. Mesmo não sendo de obrigatoriedade na matriz curricular, essa matéria capacita o CD a realizar procedimentos e acompanhamento do PNE, identificando sua necessidade especial para elaborar um correto plano

de tratamento, oferecendo assim segurança no atendimento odontológico do paciente.

Entretanto, uma grande parcela das instituições de ensino ainda não contempla essa área em sua grade curricular. Levando em conta a prevalência de pacientes com necessidades especiais, é de extrema importância que os cursos de graduação em Odontologia que ainda não possuem o conteúdo em sua matriz curricular, ou apenas oferecem de forma teórica, passem a oferecer a disciplina e clínica integrada, pois somente assim todos os CD terão capacidade e segurança de realizar o atendimento à esses pacientes (Conceição et al., 2021).

Das instituições que contemplam a atenção odontológica ao PNE, apenas cerca de metade possuem carga horária prática. Assim como as demais áreas da graduação, a importância da parte teórica na disciplina de PNE é imprescindível para o completo aprendizado; entretanto, é necessário que de fato o graduando tenha acesso a carga horária prática, composta pelo atendimento clínico

sob supervisão docente, para que possa experienciar ainda na graduação, o que é ministrado de forma teórica, desenvolvendo um olhar e um atendimento de sucesso (Silva et al., 2020).

Em contrapartida, a inclusão de PNE como um componente essencial na formação dos dentistas foi reforçada por diretrizes nacionais desde 2018, que recomendam que os cursos formem profissionais com uma abordagem generalista e inclusiva, adaptando-se melhor às necessidades de saúde da população brasileira (Brasil, 2018).

As instituições de ensino do tipo privadas são as que possuem maior porcentagem de oferta do componente curricular em questão. Isso pode ser devido a necessidade de diferenciação no mercado, se tornando um diferencial. Em detrimento disso, um estudo recente mostra que a maioria dos graduandos em odontologia não se sente preparada para este atendimento, principalmente devido à insegurança por nunca ter atendido um paciente com necessidade especial, embora a maioria dos discentes e docentes aprove a obrigatoriedade da disciplina de PNE na estrutura curricular (Conceição et al., 2021).

Nos últimos anos, a oferta de disciplinas de PNE nas instituições de ensino superior brasileiras tem aumentado em algumas regiões, mas ainda apresenta uma cobertura desigual. No nosso estudo, realizado no estado de São Paulo, obtivemos resultados melhores do que os de outro estudo que realizou essa avaliação no estado do Nordeste (Andrade et al., 2022). Este autor observou que dos 131 cursos de graduação em Odontologia analisados, 47,30% ofertavam a disciplina, dentre as quais 40,50% a ofertavam como componente obrigatório. De fato, outro autor, que fez a avaliação na região metropolitana de São Paulo, concluiu que o sistema educacional ainda não supre as necessidades dos pacientes e as instituições de ensino superior contemplam adequadamente o assunto na formação de seus alunos (Figueiredo et al., 2010).

Ainda assim, o panorama brasileiro é melhor do que o de outros países, como a Austrália e a Malásia. Num estudo recente, foi observado que raras instituições oferecem a disciplina de PNE. Porém, relatam que esse conteúdo é ministrado dentro de outras disciplinas, como Odontopediatria, patologia oral e cirurgia (Ahmad et al., 2014).

Entretanto, nos Estados Unidos e no Canadá, 64% dos cursos oferecem uma disciplina separada sobre pacientes com necessidades especiais, porém apenas 37% de forma prática com atendimento clínico (Krause et al., 2015).

Com relação à carga horária dessa disciplina, há variações. A maioria dos cursos oferecem de forma prática e consideram a disciplina obrigatória. Entretanto, a natureza do ensino continua predominantemente teórica em 14,3% dos casos, o que pode limitar o preparo prático dos alunos para atenderem PNE na prática. A esse respeito um outro estudo que avaliou a oferta da disciplina em instituições de ensino do sudeste brasileiro observou resultados semelhantes. Os autores observaram ainda que a carga horária das disciplinas apresentou grande discrepância, variando de 30 horas a 240 horas (Lopes et al., 2021).

É importante que o formando saiba realizar o atendimento odontológico do paciente com necessidade especial pensando em sua condição sistêmica e suas limitações físicas ou psicológicas tendo em vista que muitos tratamentos podem ser realizados em ambiente ambulatorial e muitos pacientes são corriqueiros do cotidiano do consultório odontológico. Essa base na formação do CD é importante também para discernir em casos mais extremos, os quais deve-se encaminhar para um atendimento especializado ou em ambiente hospitalar (Campos, 2009). É necessária também a noção de que o atendimento a esses pacientes deve contar com uma equipe multidisciplinar composta por diversas áreas da saúde como médicos, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, dentre outros. Esses profissionais são importantes quando se leva em consideração a necessidade de cada paciente (Portolan et al., 2017).

O presente estudo tem como limitação ter considerado as instituições de ensino apenas do estado de São Paulo, porém, pode embasar futuros estudos de um panorama nacional, inclusive comparando entre as regiões com suas divergências socioeconômicas. De forma geral, o paciente com necessidades especiais deveria se sentir livre e seguro para escolher qualquer CD e o mesmo lhe oferecer um atendimento competente que supra suas necessidades. Por isso é de extrema importância que o estudante de Odontologia tenha o contato com esse tipo de atendimento ainda na

graduação. A disciplina de Pacientes com Necessidades Especiais busca promover a aprendizagem do aluno sobre os cuidados especiais com pacientes e formar cirurgiões dentistas capazes de atender esta demanda na prática clínica.

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que a maioria (63%) dos cursos de graduação em odontologia no estado de São Paulo possuem o conteúdo de tratamento odontológico de pacientes com necessidades especiais na grade curricular, porém uma grande parcela ainda não possui este componente curricular, principalmente nas instituições privadas (80%), refletindo uma necessidade de adequação frente ao panorama atual dos pacientes com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

- AHMAD, M. S.; RAZAK, I. A.; BORROMEO, G. L. Undergraduate education in special needs dentistry in Malaysian and Australian dental schools. **Journal of Dental Education**, v. 78, n. 8, p. 1154-1161, 2014.
- ANDRADE, R. V. S. et al. Odontologia para pacientes com necessidades especiais: uma análise das estruturas curriculares dos cursos de odontologia da região nordeste. **Revista da Associação Brasileira de Ensino Odontológico**, v. 22, n. 2, p. 1533, 2022.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: 2017.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia**. PCES 803/18. Brasília, DF: 2018.
- BRASIL. **Pesquisa nacional de saúde: informações sobre domicílios, acesso e utilização dos serviços de saúde**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- CAMPOS, C. C. **Manual prático para o atendimento odontológico de pacientes com necessidades especiais**. Goiânia: [s.n.], 2009.
- CONCEIÇÃO, A. B. S. et al. Odontologia para pacientes com necessidades especiais no ensino de graduação: percepção de discentes e docentes em uma instituição do Piauí e um panorama brasileiro. **Revista da Associação Brasileira de Ensino Odontológico**, v. 21, n. 1, p. 1608, 2021.
- CROSP. **Manual Registro de Especialidades**. São Paulo: CROSP, 2015.
- FIGUEIREDO, J. R. **Campo institucional da Odontologia para pacientes com necessidades especiais na região metropolitana de São Paulo**. 2010. Tese (Doutorado em Odontologia) – Faculdade de Odontologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- IADH. **Undergraduate Curriculum in Special Care Dentistry**. Londres, Inglaterra: 2016.
- KRAUSE, M.; VAINIO, L.; ZWETCHKENBAUM, S.; INGLEHART, M. R. Dental education about patients with special needs: a survey of U.S. and Canadian dental schools. **Journal of Dental Education**, v. 74, n. 11, p. 1179-1189, nov. 2010.
- LOPES, D. F.; MEDEIROS, Y. F.; FARIA, L. V.; PEREIRA, M. R. P. S. Odontologia para pacientes com necessidades especiais: como é a oferta dessa disciplina nas faculdades de Odontologia do sudeste brasileiro? **Arquivos em Odontologia**, v. 57, n. e03, p. 17-24, 2021.
- PORTOLAN, C. et al. Odontologia e pacientes especiais: conhecer, orientar e prevenir. **Revista Saúde e Interdisciplinaridade**, v. 10, n. 20, p. 7-15, 2017.
- SILVA, T. D. et al. Percepção de estudantes de graduação sobre a importância da disciplina Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais. **Revista da Associação Brasileira de Ensino Odontológico**, v. 20, n. 1, p. 26-32, 2020.